



A ARTE DA COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA NO LEGISLATIVO THE ART OF COMMUNICATION AND SPEAKING IN THE LEGISLATIVE

RODRIGUES, Caio Girão¹

RESUMO

No contexto legislativo, a habilidade de comunicar eficazmente e dominar a oratória é essencial para influenciar debates, consolidar consensos e guiar a formulação de políticas públicas impactantes. Este artigo se propõe a explorar a relevância dessas habilidades, destacando seu papel crucial na elaboração de leis e políticas públicas. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem bibliográfica, abarca desde os princípios essenciais da oratória, delineados por Aristóteles, até teorias modernas da comunicação, como a Espiral do Silêncio. Analisando exemplos históricos, como os discursos de Winston Churchill e Martin Luther King, busca-se proporcionar uma compreensão profunda de como líderes moldaram o ambiente legislativo por meio de suas habilidades comunicativas. O artigo apresenta, ao final, um modelo analítico abrangente para fortalecer discursos parlamentares, capacitando legisladores a se comunicarem de maneira mais eficaz no complexo cenário político contemporâneo. Palavras-chave: Comunicação Legislativa. Oratória Política. Discurso Parlamentar.

ABSTRACT

In the legislative arena, effective communication and mastery of oratory are fundamental elements to influence debates, build consensus, and guide the formulation of impactful public policies. This article aims to explore the significance of these skills, highlighting their crucial role in crafting laws and public policies. The research, based on a bibliographical approach, spans from the essential principles of oratory, as outlined by Aristotle, to modern communication theories like the Spiral of Silence. By analyzing historical examples, such as the speeches of Winston Churchill and Martin Luther King, the aim is to provide a profound understanding of how leaders shaped the legislative environment through their communicative abilities. The article concludes by presenting a comprehensive analytical model to strengthen parliamentary speeches, empowering legislators to communicate more effectively in the complex contemporary political landscape.

Keywords: Legislative Communication. Political Oratory. Parliamentary Discourse.

¹ Graduação em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade Instituto Militar de Engenharia (IME), Curso de Especialização na Oficina de Criação Literária Assis Brasil pela PUC-RS, Pós-Graduação em Comunicação e Oratória na Universidade FaSouza, Pós-Graduação em Direito Constitucional na Faculdade FaSouza. canogirano@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No âmbito legislativo, a competência em comunicação eficaz e a maestria em oratória são alicerces cruciais para conduzir debates, forjar consensos e, por conseguinte, desempenhar um papel decisivo na configuração de políticas públicas impactantes. Este artigo visa aprofundar a compreensão da importância dessas competências no contexto legislativo, destacando sua influência crucial na elaboração de leis e políticas públicas.

O enfoque deste estudo está diretamente alinhado ao conteúdo programático do curso de pós-graduação em Comunicação e Oratória oferecido pela faculdade FaSouza. A escolha desse tema é guiada pela necessidade de aprimorar a eficácia comunicativa, fortalecendo, assim, os processos democráticos e ampliando a efetividade das medidas adotadas. A habilidade de expressar ideias de forma envolvente e persuasiva é indispensável para legisladores que almejam alcançar consensos e para a construção de políticas verdadeiramente alinhadas aos anseios da sociedade.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem bibliográfica, explorando desde os princípios fundamentais da oratória, como evidenciado em "Oratória" de Aristóteles, até obras contemporâneas que exploram a eloquência, como "The Elements of Eloquence" de Mark Forsyth, "Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas" de Dale Carnegie e "Ouse Argumentar" de Maytê Carvalho, entre outras referências de relevância. Adicionalmente, são consideradas teorias da comunicação diretamente aplicáveis ao ambiente legislativo.

A comunicação eficaz e a oratória são elementos essenciais que moldam o ambiente legislativo, transformando-o em um palco onde ideias são debatidas e consensos são forjados. Este artigo se propõe a explorar como líderes e legisladores ao longo da história têm utilizado essas habilidades para influenciar, persuadir e inspirar. A pesquisa apresenta uma análise dessas práticas, visando proporcionar um entendimento mais profundo e, ao final, propõe um modelo analítico destinado a aprimorar os discursos parlamentares, capacitando legisladores a comunicarem-se de maneira mais efetiva no cenário político.

2. COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO-VERBAL NO CONTEXTO LEGISLATIVO

Na esfera legislativa, a comunicação transcende a mera articulação de palavras; é um intrincado jogo de nuances que envolvem tanto a dimensão verbal quanto a não-verbal. Reconhecendo que as palavras por si só não são suficientes para persuadir e mobilizar, legisladores habilidosos compreendem a importância da comunicação completa, incorporando elementos verbais e não-verbais para forjar conexões impactantes e construir consensos duradouros.

2.1. ESCOLHA CUIDADOSA DAS PALAVRAS

A escolha do vocabulário é uma ferramenta crucial na comunicação legislativa. O emprego de terminologias precisas, claras e respeitosas é essencial para evitar mal-entendidos e transmitir a mensagem desejada. O legislador deve ser capaz de articular suas ideias de forma acessível, sem comprometer a profundidade e a precisão do conteúdo.

2.1.2. ENTONAÇÃO E PAUSA ESTRATÉGICA

A entonação da voz e o uso estratégico de pausas desempenham um papel significativo na interpretação das mensagens. Uma entonação firme pode denotar convicção, enquanto pausas estratégicas possibilitam a absorção do conteúdo e destacam pontos cruciais. O controle adequado desses elementos contribui para a eficácia do discurso.

2.1.3. GESTOS E EXPRESSÕES FACIAIS

A linguagem corporal, incluindo gestos e expressões faciais, é uma forma poderosa de comunicação não-verbal. Gestos afirmativos, como acenos de cabeça, podem indicar concordância, enquanto expressões faciais expressivas adicionam

ênfase emocional. Legisladores devem estar cientes da congruência entre suas palavras e suas ações visuais.

2.1.4. CLASSIFICAÇÕES DA COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL

Segundo Knapp (1999), a comunicação não-verbal engloba diversas dimensões, entre elas:

Paralinguagem: Envolve elementos como tom de voz, entonação e ritmo, que complementam o significado das palavras.

Cinésica: Refere-se aos gestos, expressões faciais e posturas corporais que agregam camadas de significado à comunicação.

Proxêmica: Relaciona-se ao uso do espaço físico durante a comunicação, influenciando a dinâmica das interações.

Tacêsica: Envolve toques, como apertos de mão, que podem transmitir confiança e empatia.

Fatores do Meio Ambiente: O ambiente físico, incluindo a disposição dos assentos, iluminação e decoração, também desempenha um papel na comunicação não-verbal.

2.1.5. USO DO NÍVEL COLOQUIAL E FORMAL

A escolha entre o nível coloquial e formal de linguagem é uma decisão estratégica que deve considerar o público-alvo, a natureza da mensagem e o contexto legislativo. O equilíbrio adequado pode estabelecer uma conexão empática com o público, enquanto mantém a seriedade e a credibilidade necessárias ao ambiente legislativo.

O discurso de Martin Luther King, particularmente em seu memorável "I Have a Dream", ilustra magistralmente como a convergência de elementos verbais e não-verbais pode elevar a eficácia comunicativa. King não apenas escolheu suas palavras com precisão, mas também incorporou pausas estratégicas e gestos fervorosos, criando uma narrativa envolvente que ressoou nos corações daqueles

que o ouvirem, catalisando movimentos sociais significativos. Este exemplo destaca a relevância intrínseca de uma comunicação completa e habilidosa no âmbito legislativo, proporcionando lições valiosas para legisladores contemporâneos que buscam aprimorar suas habilidades comunicativas.

2.2. DICÇÃO, ORALIDADE E EXPRESSÃO NO PROCESSO LEGISLATIVO

A eficácia de um discurso legislativo repousa, em grande parte, na maestria da dicção, na qualidade da oralidade e na expressão envolvente do orador. Esses elementos não apenas facilitam a compreensão da mensagem, mas também estabelecem uma conexão emocional com o público, fundamentais para o êxito da comunicação legislativa.

2.2.1. PERCEPÇÃO, SENSIBILIZAÇÃO AUDITIVA E FALA

A percepção auditiva é central na comunicação oral, influenciando a clareza e a precisão da fala. Legisladores devem estar cientes da qualidade sonora de sua voz, garantindo uma articulação nítida que permita a compreensão total da mensagem.

2.2.2. BASES ANATÔMICAS E FISIOLÓGICAS DA VOZ

Compreender as bases anatômicas, como as cordas vocais, e os processos fisiológicos envolvidos na produção da voz é essencial. Conhecimento sobre o funcionamento da laringe, pulmões e cavidade oral contribui para o controle consciente da emissão vocal.

Cuidados com as cordas vocais são essenciais. A correta projeção da voz, o controle da intensidade e a prevenção de tensões excessivas asseguram uma fala equilibrada e saudável, preservando a qualidade vocal a longo prazo.

2.2.3. CLASSIFICAÇÃO DOS SONS E DA FALA

A classificação adequada dos sons e padrões de fala é fundamental para evitar distorções e ambiguidades. A clareza na emissão dos fonemas, a ênfase apropriada e a modulação vocal contribuem para uma comunicação mais assertiva.

2.2.5. SÍNTESE ARTICULATÓRIA

A síntese articulatória envolve a coordenação precisa dos órgãos responsáveis pela fala. Legisladores devem praticar a articulação clara de palavras e frases, evitando murmúrios, gagueiras ou distorções sonoras que possam comprometer a compreensão.

2.2.6. AJUSTES NO TRATO VOCAL

A realização de ajustes conscientes no trato vocal, considerando fatores como ressonância e projeção, contribui para uma comunicação mais envolvente e audível. A compreensão da acústica vocal permite ao orador adaptar sua fala ao ambiente legislativo.

2.2.7. CARACTERÍSTICAS VOCAIS E DA FALA

A voz do legislador deve refletir credibilidade e autoridade, ajustando-se ao tom apropriado para cada contexto. A variação da entonação, ritmo e volume enfatiza pontos cruciais, mantendo o interesse e a atenção do público.

2.2.8. CUIDADOS COM DICÇÃO, PRONÚNCIA E ARTICULAÇÃO

Exercícios vocais regulares são fundamentais para aprimorar dicção, pronúncia e articulação. Práticas que enfatizam a clareza dos sons e a flexibilidade vocal contribuem para uma comunicação mais eficaz.

2.2.9. DICAS PARA ENFATIZAR PAUSA, EMOÇÃO, MUDANÇA DE TOM, POSTURA E EXPRESSÃO CORPORAL

Pausa: Pausas estratégicas conferem ênfase a pontos-chave, permitindo a absorção da informação.

Emoção: Injetar emoção controlada enriquece a expressividade e fortalece a conexão com o público.

Mudança de Tom: Variações na entonação mantêm a atenção e destacam nuances nas mensagens.

Postura e Expressão Corporal: Uma postura confiante e gestos alinhados reforçam a credibilidade do orador.

O exemplo marcante de Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial é um testemunho eloquente da importância desses elementos. Sua dicção precisa e pronunciamento claro não apenas galvanizaram a nação britânica em tempos adversos, mas também destacaram a força transformadora de uma expressão vocal soberba. Como legisladores buscam aprimorar suas habilidades comunicativas, a atenção meticulosa a esses detalhes fundamentais se torna uma ferramenta indispensável na busca pela eficácia legislativa.

2.3. GESTUALIZAÇÃO E POSTURA COMUNICATIVA

Na esfera parlamentar, a gestualização e postura comunicativa desempenham papéis decisivos na transmissão eficaz da mensagem. Compreender o corpo como veículo de comunicação não verbal é crucial para os legisladores, pois gestos e posturas podem amplificar ou contradizer as palavras proferidas.

2.3.1. CORPO E LINGUAGEM NÃO VERBAL

O corpo, em sua totalidade, é uma expressão não verbal rica em significado. Desde expressões faciais até movimentos corporais, cada elemento contribui para a linguagem não verbal, complementando e reforçando a comunicação verbal.

2.3.2. SISTEMA GESTUAL

O sistema gestual abrange uma gama diversificada de movimentos, expressões e sinais manuais. Legisladores devem explorar a variedade desse sistema, escolhendo gestos alinhados com a mensagem que desejam transmitir, evitando ambiguidades ou gestos que possam ser interpretados de maneira adversa.

2.3.3. GESTUALIDADE NA COMUNICAÇÃO

A gestualidade, quando empregada de maneira consciente, pode ser uma ferramenta poderosa para enfatizar pontos-chave e criar conexões emocionais. É importante que a gestualidade seja autêntica, refletindo a naturalidade do orador e evitando gestos excessivamente ensaiados.

2.3.4. GESTUALIZAÇÃO E OS FATORES DA POSTURA COMUNICATIVA

A congruência entre gestualização e postura é essencial. Legisladores devem adotar uma postura que transmita confiança e autoridade, alinhada ao conteúdo de seus discursos. Uma postura ereta e aberta sugere transparência, enquanto gestos deliberados podem sublinhar a importância de determinados pontos.

2.3.4.1 Fatores da postura comunicativa

Congruência: A postura deve ser congruente com o conteúdo verbal, garantindo uma mensagem coesa.

Abertura: Posturas abertas, como manter os braços abertos, sugerem transparência e receptividade.

Equilíbrio: Uma postura equilibrada é fundamental para transmitir estabilidade e segurança.

Movimentação: Movimentos calculados durante o discurso podem enfatizar ideias-chave, mantendo o interesse do público.

O emblemático discurso de Nelson Mandela, no momento de sua libertação após 27 anos de prisão, é um testemunho impactante do poder da gestualização e postura. Sua saída calma e determinada da prisão não apenas simbolizou a conquista da liberdade, mas também transmitiu uma mensagem de paz e reconciliação, evidenciando como a linguagem corporal é intrínseca à percepção pública. Legisladores, ao dominarem a gestualização e postura comunicativa, podem fortalecer significativamente sua capacidade de persuasão e conexão com o público e seus colegas de assembleia.

2.4. TÉCNICAS DE ORATÓRIA NA ELABORAÇÃO DE DISCURSOS LEGISLATIVOS

A oratória, uma arte ancestral da comunicação, desempenha um papel crucial no cenário legislativo, oferecendo aos legisladores ferramentas poderosas para influenciar, persuadir e mobilizar apoio. A história da oratória remonta à Grécia Antiga, com destacados oradores como Isócrates, Aristóteles, Demóstenes, Quintiliano e Lísias, que moldaram os fundamentos dessa disciplina (FONSECA, 2000; QUINTILIANO, 1997; LYSIAS, 2000; ARISTÓTELES, 384-322 a.C./2017; DEMÓSTENES, 330 a.C./2015). A estrutura clássica de um discurso, composta por exórdio, enunciação, exposição, confirmação e peroração, ainda serve como alicerce para discursos impactantes.

2.4.1. DEFINIÇÃO E HISTÓRIA DA ORATÓRIA

A oratória, entendida como a arte de falar com eloquência e persuasão, possui raízes profundas na antiguidade. Na Grécia, Isócrates enfatizava a importância da linguagem clara (FONSECA, 2000), enquanto Aristóteles delineava os elementos essenciais de um discurso persuasivo. Demóstenes, renomado por superar desafios de dicção, contribuiu significativamente para o desenvolvimento da oratória.

2.4.2. ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA ORATÓRIA

A estrutura clássica do discurso, originada dos grandes oradores gregos, conforme Córax de Siracusa (MILLER et al., 2010), abrange:

Exórdio: Introdução cativante para capturar a atenção do público.

Enunciação: Apresentação clara do tema e propósito do discurso.

Exposição: Desenvolvimento lógico e progressivo das ideias.

Confirmação: Argumentação sólida, com destaque para a tríade persuasiva (etos, pathos, logos).

Peroração: Conclusão impactante que sintetiza e reforça os principais pontos.

2.4.3. ORATÓRIA COMO INSTRUMENTO DE LIDERANÇA E MUDANÇA SOCIAL

A habilidade de falar persuasivamente não apenas inspira, mas também lidera movimentos e impulsiona mudanças sociais. Grandes líderes, como Martin Luther King e Nelson Mandela, utilizaram a oratória como meio de promover justiça e igualdade.

2.4.4. TÉCNICAS E RECURSOS RETÓRICOS

Legisladores devem empregar técnicas retóricas, como a tríade persuasiva, para construir argumentos sólidos. Elementos como repetição, aliteração e anáfora, preconizados por Aristóteles e destacados por Mark Forsyth, são recursos poderosos que aprimoram a memorabilidade dos discursos.

O discurso de posse de John F. Kennedy, com a célebre frase "Não pergunte o que seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer por seu país" (KENNEDY, 1961), ilustra como as técnicas de oratória podem transcender o tempo. Seu uso perspicaz de metáforas e recursos retóricos demonstra o impacto duradouro que uma fala eloquente pode ter na mobilização e inspiração do público.

A oratória, enraizada na história e aprimorada ao longo dos séculos, continua a ser uma ferramenta essencial para legisladores que buscam influenciar o cenário

político. Ao incorporar técnicas e princípios clássicos, os legisladores podem aprimorar a persuasão e eficácia de seus discursos, contribuindo para a construção de políticas sólidas e a promoção de mudanças significativas na sociedade.

2.5. TÉCNICAS DE RESPIRAÇÃO E COMUNICABILIDADE NO AMBIENTE POLÍTICO

A compreensão e aplicação de técnicas adequadas de respiração desempenham um papel fundamental na eficácia comunicativa de legisladores, especialmente em ambientes políticos desafiadores. Este sub-tópico explorará a relação entre a respiração, o aparelho fonador e a comunicabilidade, destacando a importância de controlar o ritmo respiratório para transmitir segurança e serenidade em contextos legislativos.

2.5.1. APARELHO FONADOR E COMUNICAÇÃO

O aparelho fonador, composto por órgãos como pulmões, laringe, pregas vocais e cavidade bucal (DANGELO, 2002), é essencial para a produção da voz. Em ambientes políticos, onde a comunicação eficaz é crucial, entender o funcionamento desse aparelho é fundamental. A qualidade da voz, a projeção e a clareza da fala são influenciadas diretamente pelo uso adequado desses órgãos.

2.5.2. RESPIRAÇÃO E CONTROLE DO RITMO

A respiração é uma ferramenta poderosa para controlar o ritmo do discurso e manter um tom de voz constante. Legisladores que dominam técnicas de respiração conseguem evitar interrupções inoportunas, transmitindo confiança e autoridade. A capacidade de ajustar o ritmo respiratório de acordo com o conteúdo do discurso contribui para a expressividade e impacto da mensagem.

2.5.3. TÉCNICAS DE RESPIRAÇÃO CONSCIENTE

A prática de exercícios respiratórios conscientes é uma aliada valiosa para os legisladores enfrentarem as tensões inerentes ao ambiente político. Exercícios de respiração profunda e controlada não apenas promovem o relaxamento, mas também ajudam a manter a clareza mental, essencial para lidar com situações desafiadoras.

Barack Obama é um exemplo notável de como o controle consciente da respiração pode aprimorar a comunicabilidade. Seu discurso em Chicago após vencer as eleições presidenciais é um marco, evidenciando não apenas conteúdo substancial, mas também uma entrega calma e controlada. O domínio de técnicas respiratórias contribuiu para a cativação e unificação da nação em um momento crucial.

2.5.4. INTEGRAÇÃO COM OUTROS ELEMENTOS

Além da respiração, a comunicação eficaz no ambiente político envolve a integração harmoniosa de outros elementos, como a dicção, postura e gestualização. A coordenação desses elementos contribui para a construção de uma imagem coerente e impactante.

Ao reconhecer a interconexão entre a respiração consciente e a habilidade comunicativa, legisladores podem aprimorar não apenas a clareza vocal, mas também a capacidade de enfrentar desafios comunicativos com serenidade. O entendimento do aparelho fonador e o investimento em técnicas respiratórias são investimentos essenciais para fortalecer a presença e a influência no cenário político.

2.6. TEORIAS DA COMUNICAÇÃO APLICADAS À LEGISLAÇÃO

A análise das teorias da comunicação no contexto legislativo oferece uma compreensão aprofundada de como as estratégias comunicativas podem ser

A ARTE DA COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA NO LEGISLATIVO. AUTOR(A):
RODRIGUES, CAIO GIRÃO.

adaptadas para influenciar positivamente o processo legislativo. Este subtópico explorará diversas teorias, destacando sua aplicação prática no ambiente político.

2.6.1. ESPIRAL DO SILÊNCIO

A Espiral do Silêncio, proposta pela cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann, é uma teoria da comunicação que descreve como as opiniões dominantes em uma sociedade influenciam o comportamento comunicativo dos indivíduos (NOELLE-NEUMANN, 2019). Segundo essa teoria, as pessoas têm uma tendência natural a suprimir opiniões que percebem como impopulares, com medo de isolamento social ou rejeição. Aqueles que acreditam estar em minoria podem hesitar em expressar suas visões, enquanto os que adotam as opiniões prevalentes se sentem encorajados a manifestá-las. A Espiral do Silêncio destaca a dinâmica complexa entre a expressão individual e o receio de desaprovação social, influenciando o panorama comunicativo e político de uma sociedade.

2.6.2. TEORIA HIPODÉRMICA

Esta teoria sugere que a comunicação age como uma injeção direta de mensagens na audiência, moldando suas percepções de maneira uniforme (WOLF, 1985). No contexto legislativo, a aplicação dessa teoria pode ser vista na transmissão de mensagens claras e unificadoras para criar consensos em torno de determinadas políticas.

2.6.3 MODELO DE LASSWELL

Lasswell propõe um modelo que analisa quem diz o quê, por meio de qual canal, para quem e com quais efeitos (WOLF, 1985). Na legislação, isso implica na cuidadosa formulação de discursos direcionados a públicos específicos, considerando o impacto desejado.

2.6.4 TEORIA DA PERSUASÃO

Esta teoria explora os mecanismos pelos quais a persuasão ocorre (WOLF, 1985). No ambiente legislativo, compreender os elementos de persuasão, como credibilidade, apelo emocional e argumentos lógicos, é crucial para influenciar a opinião pública e os colegas legisladores.

2.6.5. TEORIA EMPÍRICA DE CAMPO

A teoria empírica de campo sugere que as mensagens são interpretadas com base nas experiências e predisposições do receptor (WOLF, 1985). No âmbito legislativo, isso destaca a importância de considerar a diversidade de perspectivas e experiências ao formular discursos e políticas.

2.6.6. TEORIA FUNCIONALISTA

A abordagem funcionalista destaca a necessidade de comunicação eficaz para o funcionamento saudável da sociedade (WOLF, 1985). Legisladores podem aplicar essa teoria garantindo que suas mensagens atendam às necessidades e preocupações da sociedade, fortalecendo a legitimidade de suas propostas.

2.6.7. TEORIA CRÍTICA

A teoria crítica questiona as estruturas de poder subjacentes à comunicação (WOLF, 1985). No contexto legislativo, isso implica em uma abordagem reflexiva, considerando como as mensagens e políticas podem perpetuar ou desafiar dinâmicas de poder existentes.

2.6.8. TEORIA CULTUROLÓGICA

Esta teoria enfatiza a interação entre cultura e comunicação (WOLF, 1985). Legisladores podem aplicar essa teoria reconhecendo e incorporando elementos culturais em seus discursos e propostas, facilitando uma compreensão mais profunda e uma maior aceitação.

O Papa Francisco utiliza teorias como a Agenda-Setting para destacar questões sociais e promover a solidariedade. Sua comunicação é moldada para conectar-se com audiências globais, aplicando conceitos como justiça social e empatia, impactando a percepção da opinião pública sobre questões cruciais.

A compreensão e aplicação dessas teorias podem capacitar legisladores a moldar efetivamente o debate público, influenciar políticas e promover mudanças significativas na legislação. Cada teoria oferece uma lente única para analisar e aprimorar estratégias comunicativas no cenário legislativo.

2.7. MODELO ANALÍTICO PARA DISCURSOS PARLAMENTARES

Um modelo analítico abrangente para discursos parlamentares é essencial para avaliar a eficácia da comunicação e oratória. O seguinte modelo incorpora elementos essenciais discutidos nos subtópicos do desenvolvimento:

2.7.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Identificação do público-alvo e contexto político.

Consideração de eventos recentes e debates relevantes.

2.7.2. ESTRUTURA DO DISCURSO

Introdução cativante que situa o discurso no contexto político e atrai a atenção do público.

Desenvolvimento lógico e progressivo de ideias, utilizando técnicas retóricas e argumentativas.

Conclusão impactante que reforça a mensagem central e motiva a ação.

2.7.3. ELEMENTOS DE ORATÓRIA

Utilização de técnicas persuasivas, como a tríade persuasiva (*etos*, *pathos*, *logos*).

Variação de ritmo e entonação para manter o interesse e enfatizar pontos-chave.

Gestos e posturas alinhadas ao discurso para reforçar a mensagem de forma não-verbal.

2.7.4. COMUNICAÇÃO NÃO-VERBAL

Análise da linguagem corporal e expressões faciais para garantir congruência com a mensagem verbal.

Avaliação da postura comunicativa, considerando gestualização e fatores ambientais.

2.7.5. UTILIZAÇÃO DE RECURSOS RETÓRICOS

Identificação de figuras de linguagem que enriquecem a expressividade do discurso.

Avaliação do uso estratégico de recursos persuasivos, como repetição e aliteração.

2.8. APLICAÇÃO PRÁTICA DO MODELO

2.8.1 TREINAMENTO CONTINUADO

Workshops e cursos de comunicação para legisladores, focados em técnicas específicas discutidas neste modelo.

Simulações de debates para praticar as técnicas aprendidas em um ambiente controlado.

2.8.2. FEEDBACK CONSTRUTIVO

Implementação de mecanismos de feedback pós-discurso, incluindo avaliações por especialistas em comunicação.

Análise crítica de discursos anteriores para identificar áreas de melhoria contínua.

2.8.3. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA

Contratação de profissionais de comunicação para orientar legisladores individualmente.

Desenvolvimento de estratégias de comunicação personalizadas para maximizar o impacto.

2.8.4. INTEGRAÇÃO COM MÍDIAS SOCIAIS

Utilização estratégica de plataformas digitais para amplificar mensagens e alcançar diversos públicos.

Engajamento direto com o público através de transmissões ao vivo e interações online.

2.8.5. APRIMORAMENTO DE HABILIDADES EMOCIONAIS

Desenvolvimento de habilidades de inteligência emocional para lidar com situações desafiadoras e gerenciar reações do público.

Construção de empatia através de narrativas pessoais autênticas para estabelecer conexões mais profundas com a audiência.

Este modelo oferece uma estrutura abrangente para avaliar, aprimorar e aplicar estratégias de comunicação eficazes no cenário parlamentar, considerando as nuances da oratória, comunicação não-verbal e teorias fundamentais da comunicação.

2.9. ESTUDO DE CASO: O DISCURSO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE, DR. ULYSSES GUIMARÃES, DURANTE A PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL

Este estudo de caso examina o discurso proferido pelo Dr. Ulysses Guimarães em 5 de outubro de 1988, durante a promulgação da Constituição Federal do Brasil, visando extrair lições aplicáveis ao cenário político contemporâneo e destacando a importância da eloquência na construção legislativa (GUIMARÃES, 1988). A íntegra do discurso pode ser lida através do link: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>

2.9.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, enfrentou o desafio de comunicar eficazmente a promulgação da nova Constituição Federal em um momento crucial da história política brasileira. A análise desse discurso histórico proporciona insights valiosos sobre a aplicação prática do modelo analítico proposto.

2.9.2. ANÁLISE DETALHADA DO DISCURSO

2.9.2.1. ABERTURA IMPACTANTE

Ulysses Guimarães iniciou seu discurso com uma saudação emocional e respeitosa, reconhecendo a magnitude do momento para a nação brasileira. Essa abertura buscava estabelecer uma atmosfera de solenidade e comprometimento desde o início.

2.9.2.2. LINGUAGEM INCLUSIVA

A utilização do pronome "nós" por Guimarães construiu uma identidade coletiva, enfatizando que a Constituição era uma obra de todo o povo brasileiro. Essa linguagem inclusiva fortaleceu o sentimento de unidade e participação na construção do novo ordenamento jurídico.

2.9.2.3. RESPEITO À DIVERSIDADE

Guimarães fez questão de destacar a diversidade representada na Constituinte, reconhecendo a multiplicidade de vozes e perspectivas. Essa abordagem respeitosa contribuiu para a construção de um documento que refletia a riqueza e pluralidade do país.

2.9.2.4. HISTÓRICO E SIMBOLISMO

O discurso incorporou elementos históricos e simbólicos, referenciando momentos cruciais da trajetória brasileira. Ao conectar a luta pela democracia ao presente, Guimarães reforçou a importância do documento recém-promulgado, ancorando-o na história do país.

2.9.2.5. ÊNFASE EM VALORES DEMOCRÁTICOS

Guimarães reforçou os valores fundamentais da democracia, destacando a garantia dos direitos individuais e a construção de um país mais justo. Sua fala ressoou com os princípios que nortearam a Constituição de 1988, conferindo-lhe legitimidade e apoio popular.

O discurso de Ulysses Guimarães durante a promulgação da Constituição Federal de 1988 deixou um legado duradouro. Sua comunicação eficaz ajudou a consolidar a transição democrática no Brasil, marcando o início de uma era de respeito aos direitos fundamentais e representação plural na política. A análise

A ARTE DA COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA NO LEGISLATIVO. AUTOR(A):
RODRIGUES, CAIO GIRÃO.

desse caso oferece valiosas lições para legisladores contemporâneos sobre a importância da comunicação na construção legislativa e no fortalecimento dos alicerces democráticos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, explora-se profundamente a interseção entre comunicação, oratória e processo legislativo. Reconhece-se a grande importância dessas habilidades no contexto parlamentar, onde a eficácia na expressão verbal e não-verbal é a essência da construção democrática. Ao fundamentar a investigação em teorias clássicas, discursos históricos e análises específicas, delinea-se um panorama abrangente das práticas comunicativas que transcendem as palavras proferidas.

A comunicação parlamentar não se restringe à transmissão de informações; é uma ferramenta multifacetada que molda debates, influencia consensos e, por conseguinte, impacta diretamente a formulação de leis e políticas públicas. Inspiramo-nos em líderes e oradores exemplares, desde os antigos filósofos gregos até os estadistas contemporâneos, para destacar a riqueza de técnicas e estratégias disponíveis aos legisladores comprometidos com a aprimoração de suas habilidades comunicativas.

Explora-se a comunicação verbal e não-verbal, ressaltando como a gestualização, dicção e expressão no processo legislativo são componentes cruciais da eloquência parlamentar. Demonstra-se como líderes como Martin Luther King, Winston Churchill e Nelson Mandela utilizaram esses elementos para impactar profundamente suas audiências e influenciar mudanças significativas.

Ao abordar as técnicas de oratória e a aplicação de teorias da comunicação no ambiente legislativo, oferece-se um conjunto de ferramentas práticas para legisladores em busca de aprimoramento. Do modelo analítico proposto à aplicação prática em estudos de caso, delinea-se um caminho estruturado para o desenvolvimento contínuo das habilidades comunicativas parlamentares.

O estudo de caso do discurso do Dr. Ulysses Guimarães durante a promulgação da Constituição Federal do Brasil ilustra vividamente a aplicação prática dos princípios discutidos. Seu discurso não apenas simboliza um momento histórico, mas também evidencia como uma comunicação eficaz pode ser catalisadora de mudanças profundas na estrutura política de uma nação.

Em última análise, propõe-se um modelo analítico abrangente para discursos parlamentares, destacando a importância da contextualização, estrutura do discurso, elementos de oratória, comunicação não-verbal e o uso de recursos retóricos. Este modelo, quando aplicado de forma consistente, pode servir como uma bússola para legisladores em sua jornada para se tornarem comunicadores mais impactantes.

Conclui-se, assim, que a arte da comunicação parlamentar transcende as técnicas isoladas; é uma síntese de expressão autêntica, estratégia persuasiva e adaptabilidade contextual. Em um cenário político dinâmico e interconectado, investir no aprimoramento dessas habilidades é não apenas uma escolha sábia, mas uma necessidade imperativa para o fortalecimento dos processos democráticos e a eficácia das decisões legislativas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Retórica. 384-322 a. C. Tradutor: Edson Bini, 1ed. Brasil: Edipro, 2017.

DEMÓSTENES. A Oração da Coroa. 330 a.C. 2ed. Brasil: Martin Claret, 2015.

DANGELO, J. G.; C. A. Anatomia humana básica. 2ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

FONSECA, Ísis Borges Belchior da. A oratória epidítica na Grécia antiga: o Evágoras de Isócrates, Letras Clássicas, 51-61. 2000.

GUIMARÃES, Ulysses. (1988) "Discurso de Promulgação da Constituição Federal do Brasil". Brasília. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/>>. Acesso em: 2 de agosto de 2024.

KENNEDY, John F. (1961) "Inaugural Address". Washington, D.C.

KNAPP, Mark L. Comunicação Não Verbal na Interação Humana. Brasil: JSN, 1 janeiro 1999.

LYSIAS, trans. S. C. Todd. Austin: University of Texas Press, 2000. ISBN 0-292-78166-0

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. A Espiral do Silêncio. Opinião Pública: Nosso Tecido Social. Brasil: Estudos Nacionais. 1 abril 2019.

QUINTILIANO, Marco Fabio. La formazione dell'oratore. Trad. Cesare Marco Cavalcante. Milano: RCS Libri. 1997.

MILLER, Frederic P.; VANDOME, Agnes F.; MCBREWSTER, John. Corax of Syracuse: Rhetoric, Thrasybulus, Ancient Greek, Isocrates, Plato, Aristotle, Cicero. EUA: Alphascript Publishing. 2010.

WOLF, Mauro. Teorie delle Comunicazioni di Massa. Itália: Gruppo Editoriale Fabbri, Bompiani, Sonzogno, Etas S.p.A., Milão, 1985